

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E LIÇÕES APRENDIDAS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE MINAS GERAIS

QUALITY OF PRIMARY EDUCATION AND LESSONS LEARNED IN A PUBLIC SCHOOL IN MINAS GERAIS

CALIDAD DE LA EDUCACIÓN BÁSICA Y LECCIONES APRENDIDAS EN UNA ESCUELA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

Dálete de Souza Maia Vicentini

Mestranda em desenvolvimento regional pelo Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS/MG). E-mail: dalete.vicentini@alunos.unis.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2765-8462>.

Rodrigo Franklin Frogeri

Doutor em sistemas de informação e gestão do conhecimento pela Universidade FUMEC. Professor no Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS/MG). E-mail: rodrigo.frogeri@professor.unis.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7545-7529>.

Pedro dos Santos Portugal Júnior

Doutor em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Professor no Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS/MG). E-mail: pedro.junior@professor.unis.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2590-1959>.

Bruno Henrique da Cruz

Mestrando em desenvolvimento regional pelo Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS/MG). E-mail: bruno.cruz@alunos.unis.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2735-7002>.

RESUMO

O Brasil utiliza como principal indicador de avaliação da educação básica o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). O IDEB tem como objetivo avaliar o desempenho da aprendizagem dos alunos, verificar a qualidade da educação no Brasil e orientar políticas educacionais. Contudo, o país possui dimensões continentais e realidades sociais bastante distintas em todo o seu território, deixando dúvidas se o IDEB é capaz de avaliar adequadamente todas as realidades nacionais. Destarte, o objetivo deste estudo foi analisar os resultados e metas apresentados pelo IDEB em relação a realidade de escolas com alunos predominantemente de classes sociais vulneráveis. Para alcançar o objetivo proposto, adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados qualitativos foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo e Análise Lexical. Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva e análise de cluster de fonte secundária. As nossas análises sugerem que a estrutura familiar e a renda familiar baixa são elementos que influenciam negativamente no desempenho escolar. De outra forma, parcerias entre instituições de ensino atuantes em áreas de famílias socialmente vulneráveis e órgãos não governamentais ou iniciativas de empresas privadas para o auxílio à educação básica podem ser alternativas para a melhoria da gestão escolar. Ademais, observamos que em instituições de ensino com alunos predominantemente de classes sociais vulneráveis há considerável resistência à realização de avaliações externas, como o IDEB, e práticas diferenciadas para incentivar esses alunos na realização de avaliações são necessárias. Por fim, acreditamos que a avaliação do IDEB tem dificuldades em medir adequadamente a educação no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino fundamental. Ensino médio. Escola. Índice de desenvolvimento da educação básica.

ABSTRACT

Brazil's main indicator for evaluating basic education is the IDEB (Basic Education Development Index). The IDEB aims to assess student learning performance, verify the quality of education in Brazil, and guide educational policies. However, the country is continental in size and has very different social realities throughout its territory, leaving doubts as to whether the IDEB is capable of adequately assessing all national realities. This study objective was to analyze the results and goals presented by IDEB in relation to the reality of schools with students predominantly from vulnerable social classes. To reach the proposed objective, a qualitative and quantitative approach was adopted. Qualitative data were collected through semi-structured interviews and analyzed using the technique of Content Analysis and Lexical Analysis. Quantitative data were analyzed using descriptive statistics and secondary source cluster analysis. Our analyses suggest that family structure and low family income are elements that negatively influence school performance. On the other hand, partnerships between educational institutions acting in areas of socially vulnerable families and non-governmental agencies or private companies' initiatives to aid basic education may be alternatives to improve school management. Furthermore, we observed that in educational institutions with students predominantly from vulnerable social classes, there is considerable resistance to external assessments such as the IDEB, and differentiated practices to encourage these students to take the assessments are necessary. Finally, we believe that the IDEB assessment has difficulties in adequately measuring education in Brazil.

Keyword: Primary school. High school. School. Basic education development.

RESUMEN

El principal indicador de Brasil para evaluar la educación básica es el IDEB (Índice de Desarrollo de la Educación Básica). El IDEB tiene como objetivo evaluar el rendimiento escolar de los estudiantes, verificar la calidad de la educación en Brasil y orientar las políticas educativas. Sin embargo, el país es de tamaño continental y tiene realidades sociales muy diferentes en todo su territorio, lo que hace dudar de que el IDEB sea capaz de evaluar adecuadamente todas las realidades nacionales. Así, el objetivo de este estudio fue analizar los resultados y objetivos presentados por el IDEB en relación con la realidad de las escuelas con alumnos predominantemente de clases sociales vulnerables. Para alcanzar el objetivo propuesto, se adoptó un enfoque cualitativo y cuantitativo. Los datos cualitativos se recogieron mediante entrevistas semiestructuradas y se analizaron mediante la técnica de análisis de contenido y análisis léxico. Los datos cuantitativos se analizaron mediante estadísticas descriptivas y análisis de conglomerados de fuentes secundarias. Nuestros análisis sugieren que la estructura familiar y los bajos ingresos familiares son elementos que influyen negativamente en el rendimiento escolar. Por otro lado, las asociaciones entre instituciones educativas que operan en zonas de familias socialmente vulnerables y las iniciativas de organismos no gubernamentales o empresas privadas para ayudar a la educación básica pueden ser alternativas para mejorar la gestión escolar. Además, observamos que en las instituciones educativas con alumnos predominantemente de clases sociales vulnerables, hay una resistencia considerable a las evaluaciones externas, como el IDEB, y son necesarias prácticas diferenciadas para animar a estos alumnos a realizar las evaluaciones. Por último, creemos que la evaluación del IDEB tiene dificultades para medir adecuadamente la educación en Brasil.

Palabras-clave: Escuela primaria. Escuela secundaria. Escolarización. Índice de desarrollo de la educación básica.

INTRODUÇÃO

No início do século XX, o Brasil passou por diversas modificações em diferentes setores impulsionados pela revolução industrial que ocorria no país (AGUIAR NETO; SERENO, 1999). No entanto, a sociedade ainda não estava preparada para atender a demanda que a Revolução Industrial apresentava aos cidadãos, especialmente relacionadas à educação. Tendo em vista que no início do século XX a maioria da população

brasileira era analfabeta, havia a necessidade de desenvolver cognições básicas de escrita e leitura para atender as necessidades que as indústrias à época necessitavam (GATTI; SILVA; ESPÓSITO, 1990).

Nesse contexto, a escola veio para desempenhar um papel fundamental na sociedade, especialmente pela sua função social. Apesar das transformações sofridas ao longo do tempo, a escola é uma instituição com responsabilidades de socializar e ensinar. No entanto, diante do cenário da atualidade, há vários questionamentos a respeito do papel da escola (FERNANDES et al., 2020). De acordo com Brasil (1996), “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Com essa visão, no decorrer dos anos, os órgãos governamentais têm empregado esforços para tentar elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e fazer com que a escola cumpra seu papel, principalmente o de ensinar, formando pessoas capazes de tomar decisões em um ambiente mais democrático (BARR, 2016). O IDEB foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007 (SOARES; XAVIER, 2013) e tem como objetivo avaliar o desempenho da aprendizagem dos alunos, verificar a qualidade da educação no Brasil e orientar políticas educacionais.

No entanto, para que os objetivos do IDEB sejam alcançados, deve haver um envolvimento de profissionais da educação, pais e funcionários escolares no processo de tomadas de decisão no ambiente escolar (ESCOLAWEB, 2020), ou seja, ter uma gestão escolar comprometida e envolvida com os resultados e as trajetórias da construção dos saberes (SPOSATI, 2002). Porém, há a necessidade de verificar como tem sido a educação oferecida pelas redes pública e particular de ensino de acordo com o IDEB e, por outro lado, verificar se este índice do governo tem alcançado os seus objetivos.

Alguns estudos já foram realizados para discutir os resultados do IDEB no Brasil (VIDAL; VIEIRA, 2011; BONAMINO; SOUSA, 2012; SOARES; XAVIER, 2013; LOURENÇO, 2017; CHIRINÉA; BRANDÃO, 2015; FIGUEIREDO et al. 2018; FREITAS, 2019). Contudo, estes são de anos passados tendo a necessidade de atualização para a realidade atual. Ademais, Figueiredo et al. (2018) afirmam que pode haver limitações que comprometem a validade da inferência do IDEB na educação básica do país e isso foi verificado pelos autores que muitos resultados no sistema de avaliação são questionáveis.

Destarte, o propósito deste estudo é traçar um paralelo entre os resultados e metas do IDEB com a realidade de uma escola estadual de Minas Gerais. A pergunta norteadora do estudo é a seguinte: os resultados e metas apresentados pelo IDEB consideram a realidade de escolas com alunos predominantemente de classes sociais vulneráveis? O objetivo do estudo é analisar os resultados e metas apresentados pelo IDEB em relação a realidade de escolas com alunos predominantemente de classes sociais vulneráveis. Para alcançar o objetivo proposto adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados qualitativos foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo e Análise Lexical. Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva e análise de cluster de fonte secundária.

Referencial teórico

História e desenvolvimento da educação no Brasil

A escola foi criada com a finalidade de fazer com que indivíduos tivessem a capacidade de transformação. Além disso, a escola tinha como função ajustar os indivíduos à sociedade inculcando-lhes o sentimento de aceitação pelos demais (SAVIANI, 1997). A Escola Nova substituiu a ênfase nos conteúdos pela valorização dos processos de aprendizagem. Dessa maneira, o período em que se deu a instalação da Escola Nova no Brasil foi caracterizado como a conclusão da longa transição de uma sociedade tradicional para um modelo urbano-industrial, processo este caracterizado por um desenvolvimento político e econômico (SAVIANI, 1997).

Até este momento, os estudos eram reservados apenas a uma minoria dotada de dinheiro e a escola surgiu como uma tentativa de alterar esta situação. De acordo com Pérez Gómez (1998, p. 20) a escola tem como objetivo “formar o cidadão capaz de intervir na vida pública”. Nesse sentido, a escola deve promover o desenvolvimento de conhecimentos, ideias, atitudes e pautas que permitam sua incorporação na vida política e social, esferas que requerem participação ativa e responsável dos cidadãos considerados por direito como iguais.

No entanto, apenas em meados dos anos 1950, é que se observa que o ensino começa a se expandir, no Brasil, sendo que, neste período, mais de 50% da população era

analfabeta (GATTI; SILVA; ESPÓSITO, 1990). Nessa perspectiva, a população antes declarada analfabeta e sem instrução, começa a ganhar espaço e direitos.

Em relação ao direito da educação, o decreto-lei nº 8.529 (BRASIL, 1946) foi promulgado para regulamentar o ensino primário. O Decreto trata da “Da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário”. O decreto afirma que crianças de 7 (sete) a 12 (doze) anos são obrigadas a frequentar a escola primária e caso isso não ocorra os pais podem responder penalmente por isso. Nesse sentido, há a preocupação do governo com a erradicação do analfabetismo e, por assim dizer, um forte compromisso com a educação dos desfavorecidos (SOUZA, 2018).

A alfabetização ao alcance de todos trouxe mudanças significativas para a sociedade, a começar pelo direito de voto, do qual os analfabetos não podiam escolher seus representantes através das eleições. Nesse sentido, a educação popular tinha como ideologia ir muito mais além do simples direito de votar, mas queria impulsionar essa população considerada menos favorecida a lutar para alcançar melhores posições na sociedade, mas para tanto, era necessário mudar o entendimento e consciência, tanto dessa população como daqueles que passavam os ensinamentos (BEISIEGEL, 2018).

No entanto, Bittar e Bittar (2012, p. 161) relatam que mesmo com diferentes leis que foram criadas para melhorar e garantir o ensino de qualidade à população, a educação ainda continuou em passos lentos, “o Brasil chegou à década de 60 do século XX com quase 40% de analfabetismo, o que evidencia a ineficiência das reformas”. A história do país sugere que uma lei sancionada não representa, necessariamente, uma lei legitimada pelos seus destinatários e aplicada pela administração pública.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996) declara que a educação ofertada à população deve ter garantia do padrão de qualidade, independente da instituição de ensino, seja ela pública ou particular. No entanto, Souza (2018) ressalta que até os dias atuais ainda é possível observar a discrepância que há no ensino ofertado pela rede pública e particular.

Com a finalidade de fiscalizar a qualidade do ensino que tem sido ofertado e o atendimento das Leis de diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996), que afirma que deve haver melhoria na educação, o IDEB foi criado tanto para avaliar como para impor metas com o objetivo de melhorar a cada ano o ensino ofertado (FERNANDES, 2007).

Educação básica ofertada na rede pública e particular

Beisiegel (2018) relata que a “educação popular” nos tempos antigos era restrita a somente um grupo privilegiado e os demais considerados subalternos não tinham acesso à educação. Porém, esta situação começou a mudar através de atuações do poder público para promover a inclusão de crianças e adultos que não tinham estudado quando crianças. Os órgãos governamentais tinham como foco diminuir o analfabetismo através de implantação de projetos que visavam primeiramente a inserção das crianças na escola e, posteriormente que jovens e adultos que não haviam sido alfabetizados tivessem a oportunidade de frequentar uma escola.

Para realizar o acompanhamento das ações que o governo estava realizando no campo da educação básica do país foi criado, em 2007, o IDEB, que é responsável pela medição dos resultados educacionais nas diferentes instituições de ensino dos estados e municípios. Este índice tem como principal objetivo a melhoria da qualidade na educação básica do país (FERNANDES, 2007). Além disso, o IDEB estabelece metas educacionais para as escolas públicas e particulares, sendo essas metas aumentadas a cada ano.

Em relação às metas propostas pelo IDEB foi estimada a nota seis (6,0), que é a média de qualidade obtida em 2003 por países desenvolvidos integrantes do PISA (*Programme for International Student Assessment* - Programa Internacional de Avaliação de Alunos). Desde sua implantação, o IDEB tem aumentado a meta a cada ano e essa nota de seis deve ser alcançada pelo ensino fundamental (anos iniciais) no ano de 2021. Já os anos finais do ensino fundamental, estima-se que essa meta seja alcançada em 2025 e para o ensino médio se espera que esta meta seja obtida em 2028 (SCHNEIDER; NARDI, 2014).

No sítio do IDEB (www.ideb.inep.gov.br) é possível acessar as metas de cada ano para as redes públicas e as outras redes de ensino (particular). Ademais é possível observar que as metas propostas para as redes de ensino públicas e particulares são diferentes, sendo que as metas para as escolas particulares são bem superiores às da rede pública. As metas para as escolas particulares, desde o início em 2007, era a nota seis, sendo esta aumentada no decorrer dos anos. Outro fato importante sobre as metas é que elas se diferem entre escolas municipais e estaduais. Neste caso, as médias para as escolas municipais são inferiores.

Ressalta-se que o objetivo do IDEB é aproximar a qualidade de ensino ofertada por estas redes de ensino. Ou seja, pretende-se que todas elas alcancem no mínimo a média de

seis tendo em vista que as últimas avaliações têm demonstrado que essa média nas escolas eram bem inferiores. Após a implantação do IDEB, observa-se um discreto aumento nessas médias a cada ano (SCHNEIDER; NARDI, 2014).

Metodologia

Metodologicamente o estudo se caracterizou por uma abordagem quantitativa e qualitativa executado por meio de uma lógica indutiva e epistemologia interpretativista. As análises foram realizadas em dados secundários disponíveis no portal do INEP. Realizou-se um corte temporal entre os anos de 2007 a 2019 devido a disponibilidade de dados. Destaca-se que os dados do IDEB são avaliados bianualmente. Os comparativos apresentados no portal do INEP permitem avaliar os anos iniciais e finais do ensino fundamental e o ensino médio de escolas municipais, estaduais, públicas e privadas.

A etapa qualitativa foi realizada por meio de um estudo de caso (YIN, 2016) em uma escola estadual localizada na periferia de uma cidade do Sul de Minas Gerais. A escolha da instituição se deu devido à acessibilidade dos pesquisadores e as suas características sociais. O território escolar encontra-se inserido em área periférica da cidade, seu entorno é composto por comunidades carentes, famílias em situação de vulnerabilidade, violência doméstica e uso de entorpecentes. A Escola conta com 675 alunos regularmente matriculados, sendo 388 alunos do turno vespertino e 287 do turno matutino. Entre os estudantes matriculados na escola 44% recebem bolsa-família (programa social do Estado para famílias de baixa renda).

A composição étnico-racial da comunidade do entorno da escola é predominantemente negra com a presença de alguns pardos e brancos. O quadro discente da escola é formado ainda por estudantes com deficiências (alunos com surdez), transtornos globais do desenvolvimento, além de outras limitações e síndromes.

A convivência interpessoal na escola é marcada por variados tipos de conflitos e violências, entre as quais se destacam as verbais, físicas, emocionais e o assédio moral. Os conflitos são gerados ainda pelo racismo, lgbtfofia, classe social e local de moradia. A violência ocorre em sala de aula, na quadra poliesportiva, no refeitório, pátio, biblioteca e demais dependências da escola. Os conflitos entre os alunos são recorrentes, havendo a necessidade de intervenção constante de um funcionário da escola. Alguns conflitos só são resolvidos com o acionamento da polícia pela equipe administrativa da escola.

Os dados qualitativos foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com o Diretor (aqui denominado como E1) e uma especialista de Educação Básica (aqui denominada como E2) da escola. O diretor atua na escola há 2 anos e a especialista há 5 anos, ambos possuem formação em pedagogia.

As análises qualitativas se deram por meio da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) e Análise Lexical (MARCHAND; RATINAUD, 2012). A unidade de análise foram as ações realizadas pela escola para alcançar melhores notas no IDEB considerando todas as adversidades enfrentadas pela instituição de ensino. A análise lexical foi realizada por meio do software Iramuteq 0.7 alpha.

Resultados e discussões

As análises e discussões foram organizadas em dois momentos. No primeiro momento são realizadas análises do IDEB a nível nacional para demonstrar as diferentes realidades da educação no Brasil. Na sequência, discutimos o estudo de caso proposto, suas análises e respectivos resultados.

Avaliação nacional do IDEB

Tendo como base os dados do INEP, foram organizadas as notas do IDEB no período de 2007 a 2019 de forma que fosse possível observar o “IDEB observado”, a Meta estabelecida e as notas discriminadas por dependência administrativa (estadual, municipal e privada). A Tabela 1 apresenta os dados para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 1. Dados observados e metas do IDEB para os anos Iniciais do Ensino Fundamental, entre 2007 a 2019 no Brasil, nas diferentes dependências administrativas.

	IDEB Observado							Metas						
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Total*	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	5.9	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7
Dependência Administrativa														
Estadual	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	6.1	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9
Municipal	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	5.7	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4
Privada	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1	7.1	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4
Pública	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	5.7	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5

*Dados assinalados em vermelho conseguiram alcançar a meta proposta para os diferentes anos.

Fonte: www.ideb.inep.gov.br

Foi observado nos anos iniciais do ensino fundamental que, na média geral, o IDEB entre os anos de 2007 a 2019 teve a sua meta alcançada de uma forma geral pelas instituições de ensino brasileiras. Segundo Black et al. (2017), os primeiros anos de ensino e aprendizagem é um período crucial no desenvolvimento das crianças, neste período ocorre o aprimoramento das capacidades fundamentais que permitirão a realização de habilidades mais complexas com o passar do tempo. Crianças que possuem o desenvolvimento saudável e completo durante os primeiros anos de vida se adaptam facilmente a diferentes ambientes e tem mais facilidade de adquirirem novos conhecimentos (BLACK et al., 2017).

Contudo, quando se avaliou os dados agrupados por dependência administrativa, as instituições de ensino privadas não alcançaram a meta do IDEB entre os anos de 2011 a 2019. No entanto, é válido destacar que as metas propostas para as dependências administrativas privadas (6.0) são bem superiores em relação às metas das instituições públicas (3.6). Destarte, mesmo não alcançando as metas, as instituições privadas obtiveram resultados superiores que os das instituições públicas.

Na sequência, as Tabelas 2 e 3 apresentam os dados observados e metas do IDEB para os anos Finais do Ensino Fundamental (Tabela 2) e ensino médio (Tabela 3).

Tabela 2. Dados observados e metas do IDEB para os anos Finais do Ensino Fundamental, entre 2007 a 2019 no Brasil, nas diferentes dependências administrativas.

	IDEB Observado							Metas						
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Total*	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7	4.9	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2
Dependência Administrativa														
Estadual	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	4.5	4.7	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1
Municipal	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	4.3	4.5	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9
Privada	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	6.4	6.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.0	7.1
Pública	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	4.4	4.6	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0

*Dados assinalados de vermelho conseguiram alcançar a meta proposta para os diferentes anos.

Fonte: INEP. Disponível em: <www.ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2021.

Tabela 3. Dados observados e metas do IDEB para o ensino médio, entre 2007 a 2019 no Brasil, nas diferentes dependências administrativas.

	IDEB Observado							Metas						
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Total*	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.8	4.2	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0
Dependência Administrativa														
Estadual	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.8	4.2	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1
Privada	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.8	6.0	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.0	7.1
Pública	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.9	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7

*Dados assinalados em vermelho conseguiram alcançar a meta proposta para os diferentes anos.
 Fonte: INEP. Disponível em: <www.ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2021.

Foi observado nos anos finais do ensino fundamental (Tabela 2) e no ensino médio (Tabela 3) que as instituições de ensino privada não conseguiram alcançar a meta do IDEB nos anos de 2009 a 2019 e as públicas não conseguiram entre os anos 2013 a 2019. Este fato ocorreu porque a cada ano a meta foi aumentando e dificultando cada vez mais para que as instituições alcançassem a meta proposta (PACHECO, 2017).

Observa-se que as notas médias dos demais anos do ensino básico são menores do que as notas dos anos iniciais. Contudo, nesses casos, estima-se que a nota 6 seja alcançada em 2025 para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio, espera-se que esta meta seja obtida em 2028 (SCHNEIDER; NARDI, 2014). Com isso, espera-se que haja uma melhora na qualidade do ensino ofertado e que todas as redes de ensino apresentem, após 2028, em todos os anos do ensino básico, nota mínima de 6.0.

De acordo com Gatti et al. (2019), a qualidade do ensino que é ofertado tem como elementos chaves a formação e a valorização do professor. De acordo com esses autores, ter-se-á um sistema educativo de qualidade, equitativo e inclusivo somente se houver a efetivação de políticas docentes que promovam atratividade à carreira, formação inicial e continuada consistente, reconhecimento e possibilidade de desenvolvimento profissional, remuneração e condições de trabalho adequadas.

Se no passado, o principal desafio da educação brasileira era a universalização do acesso à escola, atualmente, apesar do acesso não estar ainda garantido em todos os níveis de ensino, apresenta-se um novo e grande desafio: oferecer uma educação de qualidade como bem público e direito social disponível a todos (FÁVERO; FREITAS, 2011).

Outro fator que fica evidente nesse estudo, é a desigualdade social ainda existente no sistema educacional do país, sendo que as metas impostas para as instituições de ensino

privadas são bem maiores em relação às metas para as escolas públicas, demonstrando dessa forma que as escolas particulares devem oferecer um nível de ensino bem superior ao ofertado pelas escolas públicas. Este fato ocorre principalmente à escassez de recursos financeiros e de pessoal no âmbito do sistema público de ensino (FAUSTINO; SILVA, 2020).

Caso seja comparado historicamente a educação atual, poder-se-á observar que muitas modificações ocorreram. No entanto, Souza (2018) chama a atenção para o fato de que a educação pública no Brasil, antes das reformas feitas pelos militares, era de excelente qualidade. O problema era que a essa educação só tinham acesso as elites privilegiadas. Nesse sentido, a democratização da educação não foi acompanhada pela qualidade. Já que a escola pública, com essas reformas, se tornou precária e na prática não tem qualidade nenhuma. Os pobres ficaram com o mínimo e os ricos continuaram com acesso exclusivo à educação de qualidade (SOUZA, 2018).

No entanto, de acordo com Luiz et al. (2010), as unidades de ensino não têm conseguido empregar a gestão democrática na escola, nem mesmo aquilo que a legislação propôs tem sido implementado, pois, a maioria dos Conselhos Escolares funcionam de maneira burocrática e formal, esvaziados de sua função deliberativa (LUIZ et al., 2010).

Paro (2012) relata a importância da democratização como método que orienta o funcionamento da sociedade, e principalmente da educação das novas gerações. Para tanto, espera-se uma gestão da escola pautada tanto em uma perspectiva de democracia participativa dos envolvidos no processo quanto na democracia como uma forma de coordenar o trabalho educacional. Observa-se, portanto, que a gestão democrática veio como forma de auxiliar no crescimento e desenvolvimento da metodologia de ensino, pela qual, a escola, na figura do professor, deixa de ser a única responsável pelo ensino do aluno, mas a família passa a ter seu papel de destaque neste cenário.

Vale ressaltar que o processo de desenvolvimento e de aprendizagem por meio da fixação depende de vários fatores, tais como nível de consciência do indivíduo, estado geral do organismo (nutrição, cansaço, calma), atenção global, capacidade de manutenção da atenção sustentada, interesse e conteúdo emocional que o indivíduo atribui ao estímulo (DIVJAK, 2019). Assim como de seu conhecimento prévio, da capacidade de compreensão do conteúdo e dos canais senso-perceptivos envolvidos (DIVJAK, 2019).

Diante do cenário estabelecido e para relatar a realidade de uma instituição de ensino em relação a sua busca por melhores notas no principal instrumento de mensuração da educação brasileira, apresenta-se a seguir um estudo de caso.

Estudo de caso: ações de uma escola pública para alcançar notas médias no IDEB

O objeto do estudo de caso em questão é uma escola pública estadual de um município do sul de Minas Gerais. De acordo com o Programa de Convivência Democrática da escola, a escola conta com 675 alunos regularmente matriculados.

Segundo E1 os últimos resultados das avaliações externas do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), a escola apresentou baixo padrão de desempenho tanto em Língua Portuguesa como em Matemática no Ensino Fundamental e Médio. Além do baixo desempenho, a escola é marcada por diversas situações de enfrentamentos, brigas, desrespeito etc., o que tem dificultado o processo de ensino nesta escola.

E1 relatou sobre as principais dificuldades enfrentadas na instituição com alguns alunos, sendo que todos eles são de baixa renda, apresentam comportamento agressivo na escola e com deficiência intelectual. Alguns alunos pertencem a famílias com pais separados e o nascimento de outro irmão por parte de algum dos pais, causa ainda mais revolta, conforme relatos de E1 e E2:

RV.S.B. Aluno de 12 anos. 7º ano. Aluno com deficiência intelectual, agressivo e violento quando contrariado. Família de baixa renda. Os pais são separados, mora com a mãe, mais uma irmã menor e um irmão maior. O pai tem outros filhos de outros relacionamentos, o que causa um pouco de revolta, mas o pai mantém contato com o filho, algumas vezes precisamos ligar para o pai, quando a mãe já não está conseguindo nada com o filho. (E1).

U.F.O, aluno de 12 anos. 7º ano. Tem muita dificuldade intelectual, não tem nenhum controle emocional, ao se irritar com coisas corriqueiras se torna agressivo, levanta, joga a carteira no chão, chora muito e faz ameaças aos professores e colegas. Vem de família de baixa renda, tem um irmão que nasceu quando ele estava no sexto ano, de outro relacionamento da mãe, nesta época, ele se tornou ainda mais difícil. (E2).

A.P.M.R. aluna de 17 anos. Frequentou a escola de educação especial antes de ingressar no 6º ano da Escola regular. Aluna de comportamento instável, do nada se torna agressiva, não podendo ser contrariada. Fala muitos palavrões. Apesar de estar no 7º ano, quase não lê e escreve muito mal. Vem de família de baixa renda, vivendo com ajuda de parentes. O pai não reside na mesma casa, a mãe é a responsável legal. (E1).

Por outro lado, há também as famílias que são totalmente desestruturadas. Os pais não possuem condições de cuidarem de seus filhos e estes são, portanto, encaminhados para outras famílias. Em alguns casos, as famílias sociais que os recebem também são de baixa renda e com poucas condições de acompanhamento do aluno, conforme relata E1:

L.R. Aluno de 13 anos, do 7º ano. Aluno filho de pai desconhecido, retirada do convívio familiar devido a uso de drogas e prostituição pela mãe e companheiro. Eles eram em 4 irmãos, todos foram levados para abrigo social e encaminhados para "pai e mãe social" posteriormente. A família social responsável pelo aluno trabalha fora, o menor fica em casa sozinho, não tem limites nem regras e é agressivo com colegas. (E1).

Somado a todos os fatores citados anteriormente ainda há a falta de higiene ao qual alguns alunos são acometidos dentro de seus lares, conforme relato de E1:

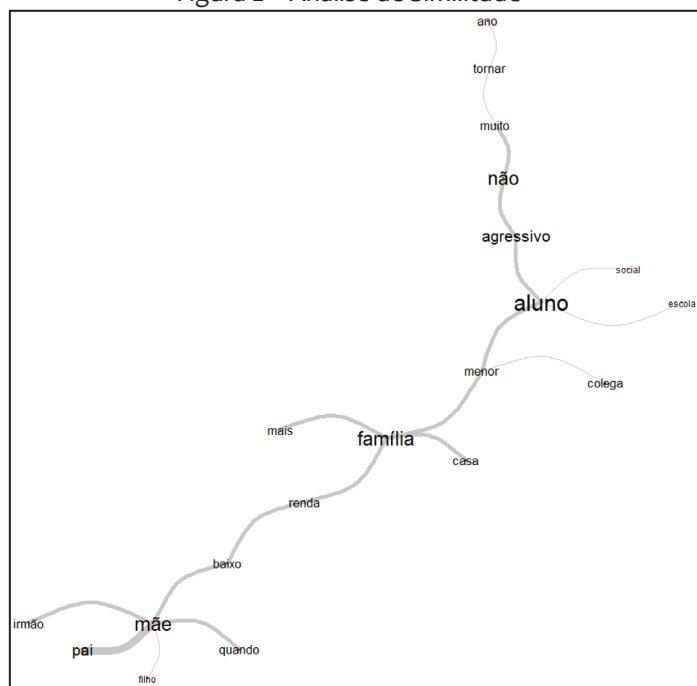
M.S.J. Aluno de 14 anos. 8º ano. Aluno de comportamento instável, passa de um período mais tranquilo (dias) e de repente se mostra agressivo e revoltado. Provoca os colegas, se nega a fazer as atividades. Família bastante desestruturada, moram várias famílias na mesma casa. Aluno frequentemente sem higiene, cheirando a xixi (dormem todos juntos, crianças menores fazem xixi no colchão molhando uns e outros). (E1).

Segundo relatos de E1 e E2 o ambiente de vivência dos alunos, do qual a maioria não tem acompanhamento dos familiares e vivem em situações precárias, é o principal fator desencadeador das atitudes que ocorrem em ambiente escolar. Os relatos de E1 e E2 foram compilados e as técnicas de Análise Lexical por nuvem de palavras e similitude foram realizadas sobre os corpus textuais, sendo geradas as figuras 1 e 2:

Figura 1 – Nuvem de palavras



Figura 2 – Análise de Similitude



As palavras aluno (7), pai (7), família (6), mãe (6), agressivo (5), filho (4) e irmão (4) foram as que apresentaram a maior frequência nos depoimentos. Destarte, por meio das

Figuras 1 e 2, observa-se, na ótica de E1 e E2, como a influência da estrutura familiar dos alunos da escola podem influenciar na sua convivência e conseqüente desempenho escolar.

No ano de 2019, por exemplo, a taxa de aprovação do 9º ano da escola foi de 79,4% e o IDEB 3,9, com meta de 4,8 (IDEB, 2020). Nesse contexto, E2 relata:

Em 2017, o IDEB do ensino médio da escola foi 2,0, ou seja, muito baixo. Em alguns anos não foi possível nem obter a nota, porque os alunos não se dispunham a realizar as provas de avaliação, e para que houvesse a participação deles para o IDEB de 2019, foi necessário que a escola oferecesse um lanche especial, como estímulo, para os alunos irem realizar as provas (E2).

Diante da difícil situação da escola foi proposto a inserção da instituição no programa jovem de futuro, relata E1. O programa Jovem do Futuro foi lançado em 2007 com a finalidade de contribuir no processo de aprendizagem dos alunos do Ensino Médio, mediante uma gestão educacional orientada para o avanço contínuo da educação pública. O programa é realizado em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e o Instituto Unibanco, do qual “disponibiliza para as escolas e para as redes uma metodologia e instrumentos que dão suporte ao trabalho de gestão”. As ações desse programa estão estruturadas em cinco eixos: governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento, que se articulam por meio do método Circuito de Gestão (INSTITUTO UNIBANCO, 2020).

De acordo com os últimos resultados das avaliações externas SIMAVE, a escola continua com baixo padrão de desempenho tanto em Língua Portuguesa como em Matemática no Ensino Fundamental e Médio, apesar de a direção, especialistas e professores, estarem empenhados em elevar a autoestima dos alunos procurando mostrar-lhes uma perspectiva de vida melhor através de estratégias diferenciadas, buscando despertar o interesse dos alunos pela educação/aprendizagem, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Na escola, o programa Jovem de Futuro, foi implantado em 2019, portanto, ainda não apareceram os resultados da gestão que foi aplicada, mas de acordo com E1 e E2, o programa ofereceu diretrizes para direcionar a gestão escolar e apontou os pontos que estariam mais defasados na escola. Com a implementação do programa Jovem de Futuro, espera-se que a escola, no IDEB previsto para o ano de 2021, tenha um melhor desempenho.

E2 relata os benefícios que o programa Jovem de Futuro já vem proporcionado para a escola, embora, no ano de 2020, tudo foi paralisado por conta da pandemia do COVID-19.

A parceria com o circuito de gestão e o maior envolvimento das famílias e dos alunos, contribuiu muito para o melhor desempenho da escola tanto nas questões relativas aos conteúdos trabalhados e ao currículo, como em relação às questões de ordem social e entorno da escola. O fato de as famílias terem ciência do monitoramento e acompanhamento sistemático do Instituto Unibanco, favoreceu a articulação e intensificou a relação entre a escola e o entorno (E2).

A equipe gestora e pedagógica da escola espera no ano de 2021 propiciar melhores condições para a implementação das estratégias de trabalho, com vistas ao melhor desempenho dos estudantes, ainda que as atividades permaneçam no modelo remoto. Observa-se que todos os envolvidos no processo têm maior domínio das situações vivenciadas nos anos anteriores, bem como das demandas impostas pela situação de isolamento social devido à pandemia instaurada em todo o mundo.

Por fim, destacamos o resultado da Análise de conteúdo de acordo com os relatos observados no estudo (Quadro 1):

Quadro 1 – Resultados da análise de conteúdo.

Categorias de destaque	Influência...
Estrutura familiar	Negativamente no desempenho escolar.
Renda familiar baixa	Negativamente no desempenho escolar.
Parcerias externas (ex. Circuito de Gestão)	Positivamente no desempenho escolar.
Incentivo para a participação no IDEB (alimentação diferenciada)	Positivamente na avaliação da instituição junto ao INEP.

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2021).

O Quadro 1 apresenta as categorias que se destacaram nos relatos dos entrevistados. A estrutura familiar e a renda familiar baixa se apresentaram como fatores que podem influenciar negativamente no desempenho escolar de estudantes inseridos em realidades de vulnerabilidades. De outra forma, as parcerias externas, como no caso estudado a participação no programa Jovem do Futuro, podem auxiliar instituições de ensino com dificuldades em práticas de gestão. Ademais, observou-se que devido a situação de vulnerabilidade dos alunos, pequenos incentivos por parte da escola (ex. um lanche diferenciado para a participação da prova do IDEB) podem apresentar consideráveis mudanças de atitude nos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento é oportuno retomar a pergunta que norteou este estudo - os resultados e metas apresentados pelo IDEB consideram a realidade de escolas com alunos predominantemente de classes sociais vulneráveis? Considerando o principal indicador da qualidade da educação básica (IDEB), dois componentes centrais aferem a qualidade do ensino no Brasil, a saber: o fluxo – a permanência na escola (aluno que não abandona o estudo) e o período correto (aluno que não é reprovado). O IDEB considera o aluno que é aprovado ao fim do ano escolar e o desempenho do estudante em Língua Portuguesa e Matemática, desconsiderando a realidade de vulnerabilidade predominante nas classes sociais mais baixas.

O nosso estudo observou que os últimos resultados do IDEB, principalmente nos anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, não conseguiram alcançar a meta proposta do INEP, independentemente do tipo de instituição - pública ou privada. Contudo, observamos que as notas médias têm aumentado a cada ano. No estudo de caso realizado na escola estadual, percebe-se que embora ainda não há resultados registrados, o programa jovem do futuro tem sido uma alternativa para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, de forma a melhorar toda a gestão escolar.

As nossas análises sugerem que a estrutura familiar e a renda familiar baixa são elementos que influenciam negativamente no desempenho escolar. De outra forma, parcerias entre a instituição de ensino e órgãos não governamentais ou iniciativas de empresas privadas para o auxílio à educação básica podem ser alternativas para a melhoria da gestão escolar. Ademais, observamos que em instituições de ensino com alunos predominantemente de classes sociais vulneráveis há considerável resistência à realização de avaliações externas, como o IDEB. Nesse sentido, observamos que ações simples, como um lanche diferenciado, podem incentivar os alunos a realizarem a avaliação e permitir que a instituição esteja nas estatísticas válidas do INEP.

Pode-se concluir que, em face dos constantes avanços e retrocessos no campo educacional, político, social, econômico, a situação atual exige de toda a sociedade um planejamento global e local para o desenvolvimento da educação brasileira nos diferentes anos de ensino, indiferente da instituição ser pública ou privada. As instituições de ensino que atuam em áreas com predominância de famílias socialmente vulneráveis encontram dificuldades bastante superiores em relação àquelas que estão situadas em áreas de

famílias com maior estabilidade familiar e financeira. É necessário que ações diferenciadas sejam aplicadas aos diferentes cenários sociais que permeiam a sociedade brasileira.

Apesar deste estudo seguir os preceitos metodológicos exigidos para um estudo científico, limitações podem ser consideradas. O estudo se limitou a observar uma única instituição de ensino localizada em uma área específica de uma pequena cidade do Sul de Minas Gerais, não havendo a possibilidade de generalização dos resultados encontrados. Sugere-se como estudos futuros que outras instituições de ensino distribuídas ao longo do território nacional sejam observadas quanto a realidade social dos seus alunos e das práticas que são utilizadas pela instituição para minimizar os efeitos da desigualdade social predominante no país.

REFERÊNCIAS

AGUIAR NETO, P.; SERENO, T. **John Dewey**. São Paulo: Editora Ícone, 1999.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo/SP: Almedina, 2011.

BARR, M. (Org.). **Nerurociências e educação na primeira infância**: progressos e obstáculos. Brasília: Senado Federal, Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, 2016.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação popular e ensino superior em Paulo Freire. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 104010, 2018.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 34, n. 2, jul. / dez. 2012. p. 157 – 168.

BLACK, M. M.; WALKER, S. P.; FERNALD, L. C. H.; ANDERSEN, C. T.; DIGIROLAMO, A. M.; LU, C.; MCCOY, D. C.; FINK, G.; SHAWAR, Y. R.; SHIFFMAN, J.; DEVERCELLI, A. E.; WODON, Q. T.; VARGAS-BARÓN, E.; GRANTHAM-MCGREGOR, S. Early childhood development coming of age: science through the life course. **The Lancet**, v. 389, n. 10064, 2017. p. 77-90.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, 2012. p. 373-388.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte: Lei Orgânica do Ensino Primário. Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96**. Brasília, DF: Senado Federal: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 de dez. 2020.

CHIRINÉA, A. M., & BRANDÃO, C. D. F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 87, 2015. p. 461-484.

DIVJAK, D. **Frequency in language: memory, attention and learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

ESCOALWEB. **O guia completo de gestão democrática nas escolas**. 2020. Disponível em: <https://escolaweb.com.br/gestao-escolar/o-guia-completo-de-gestao-democratica-nas-escolas/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FAUSTINO, L. S. S.; SILVA, T. F. R. S. Educadores frente à pandemia: dilemas e intervenções alternativas para coordenadores e docentes. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 7, 2020. p. 53-64.

FÁVERO, O.; FREITAS, M. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. **Revista Inter Ação**, v. 36, n. 2, 2011. p. 365-392.

FERNANDES, F. M.; CALADO, L. C.; SOUSA, L. C.; SILVA, L. P.; DIAS, R. A.; SANTOS, W. **Função social da escola**. Brasil Escola, 2020. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/funcao-social-escola.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB). **Textos para discussão**, n. 26, p. 29-29, 2007.

FIGUEIREDO, D., CARMO, E., MAIA, R., & SILVA, L. Os cavalos também caem: tratado das inconsistências do IDEB. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, 2018. p. 552-572.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora; Instituto Paulo Freire, 2003.

FREITAS, E. D. S. D. **Práticas de gestão do conhecimento como variáveis intervenientes nos resultados do IDEB**. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento). Maringá: Centro Universitário de Maringá, 2019.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A.; ALMEIDA, P. C. A. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

GATTI, B. A.; SILVA, R. N.; ESPÓSITO, Y. L. Alfabetização e educação básica no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 75, 1990. p. 7-14.

CASTRO, Marieta. Índice de Desenvolvimento Escolar Brasileiro – IDEB. Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/31174718>. Acesso em: 15 fev. 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **Jovem de futuro.** Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

LOURENÇO, Rosenery Loureiro et al. Determinantes sociais e pedagógicos das notas do IDEB. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 4, 2017. p. 27-43.

MARCHAND, Pascal; RATINAUD, Pierre. **L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels** : les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. 2012. p. 687-699.

PACHECO, A. C. **Fatores associados ao desempenho da Escola Estadual Matta Machado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Diamantina: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2017.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. O IDEB e a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 27, n. 1, 2014. p. 7-28.

SOUZA, E. A. M. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 12, n. 23, jul./dez. 2018. p. 15-33.

SPOSATI, A. Mapas da exclusão/inclusão social. **Com Ciência**, n. 36, 2002. Disponível em: <<https://www.cociencia.br/dossies1-72/reportagens/ppublicas/pp11.htm>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

VIDAL, E. M., & VIEIRA, S. L. (2011). Gestão educacional e resultados no Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses. **Estudos em avaliação educacional**, v. 22, n. 50, 2011. p. 419-434.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. 1. ed. São Paulo: Penso, 2016.

Recebido em: 15/03/2021

Parecer em: 24/05/2021

Aprovado em: 11/06/2021